

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA  
INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO

TRABALHO PROJECTO OU DISSERTAÇÃO DE  
MESTRADO EM CONTABILIDADE, FISCALIDADE E  
FINANÇAS EMPRESARIAIS

**Microcrédito em Portugal**

**Nuno Pinto Eliseu Coimbra**

**Orientador: Maria de Nazaré Rala Esparteiro Barroso**

Júri:

Presidente: Professor doutor Eduardo Barbosa do Couto, professor auxiliar do  
instituto superior técnico de economia e gestão, universidade técnica  
de Lisboa

Vogal: Professora doutora Maria de Nazaré Rala Esparteiro Barroso,  
professora auxiliar do instituto superior técnico de economia e  
gestão, universidade técnica de Lisboa

Vogal: Professor doutor Pedro Luís Pereira Verga Matos, professor  
auxiliar do instituto superior técnico de economia e gestão,  
universidade técnica de Lisboa

**Lisboa, Agosto de 2010**



## **Resumo**

O microcrédito tem sido visto como uma forma de combate à pobreza, ao possibilitar a criação de pequenos negócios que permitam melhorar a situação económica dos micros empreendedores. O presente trabalho tem por objectivo tentar perceber se os negócios criados através do microcrédito têm uma duração e um retorno monetário que permita assegurar aos detentores a sua subsistência. Neste trabalho existe um teste á capacidade de sobrevivência dos negócios criados por microcrédito, teste este que tendo por base de dados a informação da ANDC relativa aos anos de 1999 a 2003 consistirá na elaboração de um questionário de forma a determinar qual a proporção de negócios ainda existentes actualmente, quais as suas características e as dos intervenientes nesses negócios. Concluísse que existe uma grande taxa de sobrevivência e também uma melhoria do rendimento para os intervenientes

## **Abstract**

Microcredit has been considered as a new way of combating against poverty, by allowing the creation of small businesses that increases the income of the people involved in the business. The objective of this work is to understand if the businesses created by microcredit have duration and economic revenue that allow the micro entrepreneurs subsistence. This work test if businesses are able to survive, by using the ANDC data base relating to the year between 1999 and 2003 and creating a inquiry in order to determinate the proportion of businesses that still exist, are they characteristics and the characteristics of the micro entrepreneurs. We reach the conclusion that businesses have a big rate of survival and also that there was an improvement on the income for the participants on this type of businesses.

## Índice

Resumo .....	II
Abstract .....	II
Índice .....	III
Lista de Tabelas .....	IV
Lista de Figuras .....	V
Lista de Abreviaturas.....	VI
Capítulo I – Introdução.....	7
1.1 Contexto .....	7
1.2 Âmbito do trabalho.....	8
1.3 Hipóteses .....	8
1.4 Estrutura .....	9
Capítulo II - Enquadramento Teórico.....	10
2.1 Sustentabilidade.....	10
2.2 Empreendedorismo.....	11
2.3 Microcrédito .....	13
2.3.1 Problemática.....	13
2.3.2 Falta de crédito .....	14
2.3.3 Microcrédito: uma solução.....	16
2.3.4 Microcrédito: mecanismos .....	17
2.4 Portugal .....	19
2.4.1 Situação económica.....	19
2.4.2 Legislação.....	21
2.4.3 A ANDC.....	22
Capítulo III – Dados e Metodologia.....	25
Conclusão .....	37
Bibliografia.....	39
Anexo I - Perguntas da entrevista.....	41

### **Lista de Tabelas**

Tabela 1 - Empresas por número de efectivos.....	20
Tabela 2 de tecnicos por destrito - Número.....	23
Tabela 3 - Empréstimos por concelho .....	26
Tabela 4 - Número de empréstimos por posto de trabalho criado.....	27
Tabela 5 - Empréstimos por nacionalidade .....	27
Tabela 6 - Estado civil.....	29
Tabela 7 - Número de filhos.....	29

## Lista de Figuras

Figura 1 - Número de projectos creditados .....	24
Figura 2 - Taxa de crescimento dos projectos creditados.....	24
Figura 3 - Numero de empréstimos por montante.....	25
Figura 4 - Empréstimos por ano .....	26
Figura 5 - Idade dos beneficiários .....	28
Figura 6 - Frequência escolar .....	28
Figura 8 - Situação profissional no empréstimo.....	30
Figura 9 - Conhecimento do microcrédito.....	30
Figura 10 - Melhoria de rendimento.....	31
Figura 11 - Existência de negócio e duração.....	31
Figura 12 - Trabalhadores por negócio .....	32

## **Lista de Abreviaturas**

ANDC – Associação Nacional de Direito ao Crédito

BCP – Banco Comercial Português

BES – Banco Espírito Santo

CGD – Caixa Geral de Depósitos

IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional

INE – Instituto Nacional de Estatística

PME – Pequena e Média Empresa

# **Capítulo I – Introdução**

## **1.1 Contexto**

A pobreza e a exclusão social são dos maiores flagelos da humanidade e são também consideradas grandes ameaças.

Muito tem sido feito por parte dos governos e de particulares de forma a diminuir esta ameaça no entanto a maior parte destas iniciativas teve impactos moderados ou mesmo nefastos na economia. Jhonson e Rogaly (1997) referem que instituições financeiras e os doadores internacionais que fizeram chegar crédito barato a agricultores pobres de modo a melhorar a sua subsistência.

A dependência de doações, a dificuldade de monitorização, os maus investimentos e as baixas taxas de retorno fizeram com que este tipo de programas se tornasse insustentáveis.

No entanto, nas últimas décadas, foi criada uma nova e revolucionária iniciativa, o microcrédito, o qual tem sido apontado com uma forte arma de combate á pobreza e exclusão social.

Desde que, em 1970, o professor Muhammad Yunnos começou a fazer pequenos empréstimos no Bangladesh, ficaram criadas as raízes do que hoje se conhece como microcrédito.

O objectivo deste tipo de programa é o de diminuir a pobreza e a exclusão social através do empréstimo de pequenas quantias monetárias a pessoas que, tendo capacidade empreendedora, não conseguem obter crédito através dos canais normais (bancos e instituições financeiras), de forma a permitir a criação de pequenos negócios (Yunus, 2003).

Actualmente, os programas de microcrédito encontram-se difundidos um pouco por todo o mundo, tendo chegado a Portugal em 1999 pelas mãos da ANDC.



## **1.2 Âmbito do trabalho**

O microcrédito chegou a Portugal em 1999 como forma de fornecer crédito a indivíduos que, tendo espírito empreendedor, não têm capacidade de financiamento pelas vias normais. O microcrédito, ao estimular a capacidade empreendedora dos indivíduos alvo, vai permitir uma melhoria do nível de vida da população. Esta melhoria do nível de vida já foi alvo de diversos trabalhos que a comprovam (Estudo de avaliação do sistema do microcrédito em Portugal, 2007) (Pit and Khandler, 1998)

Sabe-se assim que os participantes do programa de microcrédito tiveram a possibilidade de ver uma melhoria do seu nível de vida. Mas, será essa melhoria sustentável?

Este trabalho pretende assim, determinar se a melhoria do nível de vida, posta em evidência em trabalhos anteriores, poderá ser duradoura/sustentável e em caso afirmativo quais as razões que tornam tal duração possível.

## **1.3 Hipóteses**

O presente trabalho tem por objectivo a determinação da sustentabilidade dos negócios criados através do recurso ao microcrédito. Isso será feito através do teste de hipóteses.

A primeira hipótese (H1) a testar é se, dos negócios criados através do recurso ao microcrédito entre 1999 e 2003, a maioria dos negócios foi capaz de sobreviver até à presente data. Desta forma poder-se-á ajuizar sobre se estes têm capacidade de se tornarem duradouros.

A segunda hipótese (H2) a testar será se, dos negócios ainda existentes, os respectivos beneficiários notaram uma melhoria no seu rendimento, melhoria esta gerada pela criação do negócio.

## **1.4 Estrutura**

Numa primeira parte efectua-se uma revisão de literatura de forma a perceber qual a problemática adjacente ao microcrédito, isto é, qual a origem do microcrédito e os seus mecanismos e objectivos para além disso, uma vez que o objectivo deste trabalho é examinar a sustentabilidade dos negócios, tenta-se perceber o significado de “sustentabilidade”. Assim, através da análise da literatura em questão, verificar-se-á não só quais os mecanismos sobre os quais o microcrédito apoia a sua existência mas também quais os resultados do recurso ao microcrédito.

Na segunda parte do trabalho, de forma a dar resposta em relação à sustentabilidade dos negócios criados através do microcrédito, analisar-se-ão os empréstimos concedidos à população do distrito de Lisboa que participou no programa de microcrédito da ANDC entre 1999 e 2003, este intervalo temporal foi escolhido de forma a que qualquer negócio em análise, ao ainda existir, seja assegurado que sobrevive no longo prazo (mais de cinco anos). Dessa população será tirada uma amostra aleatória à qual se farão entrevistas, por telefone, de forma a perceber qual a evolução dos negócios feitos através do recurso ao microcrédito.

A terceira parte deste trabalho será dedicada ao tratamento dos dados obtidos através das entrevistas feitas.

Por último, apresentam-se as conclusões do presente trabalho, as quais serviram para validar ou não as hipóteses apresentadas e também para identificar as características comuns da população.

## Capítulo II - Enquadramento Teórico

### 2.1 Sustentabilidade

*"Suprir as necessidades da geração presente sem afectar a habilidade das gerações futuras de suprir as suas"* Relatório de Brundtland (1987)

Sendo objectivo deste trabalho tentar perceber qual a sustentabilidade dos negócios criados através do recurso ao microcrédito, urge definir o que se entende por sustentabilidade.

Originalmente o termo sustentabilidade foi aplicado no uso da reciclagem O "desenvolvimento sustentável," um termo adaptado pela Agenda 21, programa das Nações Unidas, sendo usado para demonstrar o uso da reciclagem "desenvolvimento sustentável". Nos presentes dias o termo é mais amplamente usado para referir o desenvolvimento contínuo de todas as actividades humanas.

Segundo Almeida (2002) a sustentabilidade não é mais que “sobrevivência, entendida como a perenidade dos empreendimentos humanos e do planeta.” Almeida (2002) também define a sustentabilidade de uma empresa como a capacidade de esta procurar maximizar a produção e a qualidade conjugada com a minimização da poluição e dos recursos utilizados.

Philippi (2001) refere a sustentabilidade como a capacidade de se auto-sustentar, de se auto-manter. Para uma actividade ser considerada como auto-sustentável, ela tem de ter a capacidade de se manter na perpetuidade. Este conceito poderá ser aplicado às sociedades. Assim uma sociedade sustentável é aquela que não causa risco nos recursos naturais, de forma a preservá-los para as gerações futuras.

Uma actividade poderá ser considerada sustentável se poder ser mantida por um período indeterminado de tempo, ou seja, para sempre, de forma a não se esgotar nunca, apesar dos imprevistos que podem vir a ocorrer durante este período.

Uma actividade auto-sustentável é aquela que tenha capacidade para:

1. Causar um impacto mínimo sobre o ambiente em que se insere e os recursos que utiliza.
2. Operar sem pôr em causa os recursos renováveis utilizados.

3. Gerar um retorno monetário positivo e suficiente para o sustento das pessoas envolvidas.

No âmbito do trabalho, considerar-se-á como sustentável o negócio que tenha a capacidade de se manter na perpetuidade criando um retorno monetário positivo e suficiente para o sustento das pessoas envolvidas.

## **2.2 Empreendedorismo**

**Empreendedor:** *“pessoa que imagina, desenvolve e realiza visões”* Filion 1991

*“Dois loucos não sabiam que era impossível realizar a tarefa, decidiram então realizá-la.”* Mark Twain

O termo empreendedor (em francês *entrepreneur*) teve origem na França por volta dos séculos XVII e XVIII. Em francês significa alguém que “empreende” um projecto ou uma actividade significativa, estimulando o progresso económico ao desenvolver novas e melhores formas de agir.

Joseph Schumpeter (1950) foi o primeiro autor a utilizar o vocábulo “empreendedor” para designar uma pessoa criativa com capacidade de tirar partido das inovações. Kenneth E. Knight (1967) e Peter Drucker (1970) introduziram no conceito o risco, um empreendedor tem a necessidade de arriscar no negócio. Gifford Pinchot (1985) introduziu o conceito de “intra-empreendedor”, uma pessoa empreendedora mas dentro de uma organização.

Em linguagem comum ser empreendedor está associado a começar um negócio. No entanto, o termo é mais especificamente usado como forma de identificar pessoas que, ao desenvolverem diferentes e/ou melhores técnicas, estimulam o progresso económico.

Joseph Schumpeter (1950) descreveu os empreendedores como os inovadores que conduzem o processo “criativo/destrutivo” do capitalismo. Segundo Schumpeter (1950), a função dos empreendedores é reformar ou revolucionar o padrão de produção. *“O empreendedorismo é uma revolução silenciosa, que será para o século XXI mais do que a revolução industrial foi para o século XX”* (Timmons (1990)

Para Drucker (1970), os empreendedores não têm de provocar mudanças, têm de explorar as oportunidades que são criadas pela mudança.

Segundo Drucker (1970) *“o empreendedor está sempre à procura da mudança, reage à mudança e explora-a como uma oportunidade.”*

Segundo Meredith, Nelson e Nech (1982) *“empreendedores são pessoas que têm a habilidade de ver e avaliar oportunidades de negócios; prover recursos necessários para pô-los em vantagens; e iniciar acção apropriada para assegurar o sucesso. São orientadas para a acção, altamente motivadas; assumem riscos para atingirem os seus objectivos”.*

O empreendedor é, na generalidade, visto como uma pessoa que consegue identificar e/ou aproveitar as diferentes oportunidades de negócios, tendo grande capacidade de organização e adaptação de forma a aproveitar as mudanças económicas.

Ao empreendedor é, normalmente, possível atribuir certas qualidades/características que lhe permitem preencher o seu papel de dinamizador da economia.

Segundo Leite (2000), nas qualidades pessoais de um empreendedor, entre muitas, destacam-se:

1. Iniciativa;
2. Visão;
3. Coragem;
4. Firmeza;
5. Decisão;
6. Atitude de respeito humano;
7. Capacidade de organização e direcção

Estas qualidades permitem, ao empreendedor, a identificação/desenvolvimento de novas ideias e tendências, criando novos negócios ou adaptando os existentes, de forma a melhor aproveitar as oportunidades geradas através das mudanças operadas pelos novos paradigmas económicos.

## **2.3 Microcrédito**

### **2.3.1 Problemática**

*“Noventa e quatro por cento do rendimento mundial vai para quarenta por cento da população enquanto sessenta por cento dessa população vive apenas com seis por cento desse rendimento”* Muhammad Yunus - Cerimónia da entrega do Nobel da Paz – 10/12/2006

No mundo actual existe uma grande assimetria na distribuição dos rendimentos.

Este problema da disparidade de distribuição do rendimento mundial gera dificuldades no desenvolvimento económico nas economias sem a capacidade de garantir para si uma parte desses rendimentos o que, por seu lado, gerará pobreza nas respectivas populações.

Se bem que este fenómeno de dificuldade de desenvolvimento económico e pobreza estejam mais acentuados nas economias ditas subdesenvolvidas ou em vias de desenvolvimento, tal fenómeno pode também ser verificado nas economias desenvolvidas.

Muito tem sido feito para combater os fenómenos acima citados. Não são raros os programas governamentais e iniciativas privadas, que com maior ou menor eficácia, vão combatendo este fenómeno.

Neste contexto, o microcrédito é considerado como tendo uma grande importância no combate aos referidos fenómenos.

O microcrédito foca-se em fornecer capital à parte da população que tem capacidade empreendedora, mas não tem nem consegue obter por outra forma recursos financeiros, de forma a aumentar a sua capacidade económica.

O microcrédito apareceu pela primeira vez no Bangladesh, pela mão do professor Muhammad Yunus.

Em 1974 o professor Yunus dava aulas de economia numa Universidade do Bangladesh. Face à pobreza que se vivia no Bangladesh, o próprio Yunus refere que *“...era-me difícil ensinar teorias elegantes de economia na sala de aula da universidade, tendo como cenário a terrível fome no Bangladesh.”*

Foi assim que o professor Yunus, ao emprestar a quantia de 27 dólares a 42 pessoas “...para libertar essas vítimas das garras daqueles usurários.”, Começou o que hoje em dia se conhece como microcrédito.

Tendo sido feitas réplicas da experiência de Yunus um pouco por todo mundo, o microcrédito é reconhecido como uma poderosa ferramenta no combate à pobreza e exclusão social.

### **2.3.2 Falta de crédito**

Milhões de pessoas não têm acesso a serviços financeiros sobretudo os mais pobres. A explicação tradicional é que existe um risco de incumprimento muito alto, sendo que o custo de acompanhar os empréstimos (normalmente de baixo valor) é proibitivo (Stiglitz 1990)

Os bancos incorrem em dois grandes problemas ao concederem empréstimos. O problema da “*self-selection*”, um banco não tem capacidade de conhecer o beneficiário do empréstimo, não sabendo qual o risco a ele associado nem o esforço que será feito pelo beneficiário de forma a pagar o empréstimo. O outro problema é o “*moral hazard*”, este problema ocorre quando um banco não tem a possibilidade, ou o custo é demasiado elevado, de conhecer qual o uso real do empréstimo pelo beneficiário.

Estes problemas, conjugados com a falta de colateral e a crença de que os pobres não reembolsarão os seus empréstimos, fazem com que os bancos não concedam crédito pois, ao fazê-lo incorreriam em grandes riscos.

Alem do risco, o custo de conceder um empréstimo pesa também na decisão.

Um banco incorre em três tipos de custos quando fornece um empréstimo: o custo do dinheiro emprestado, o custo de práticas financeiras prudentes, como provisionar para caso de não pagamento do empréstimo e o custo de transacção que inclui o custo de identificação e pesquisa do cliente, colectar os pagamentos e perseguir o crédito em falta. Ao contrário do custo do dinheiro e das práticas financeiras, o custo de transacção não é proporcional ao tamanho do empréstimo.

Uma vez que os empréstimos concedidos a estas pessoas são baixos, os custos do empréstimo, em especial o de transacção, não serão facilmente cobertos. Conjugando isto com a falta de colateral e a crença de que os pobres não pagam os seus empréstimos apercebemo-nos da razão para a falta de disponibilidade dos bancos em concederem crédito a pessoas com as características acima descritas.

Este comportamento poderá ter efeitos nefastos, segundo Banerjee e Newman (1993) a relutância dos bancos em fazer empréstimos a pessoas sem colateral pode causar armadilhas de pobreza.

A falta de crédito implica que as pessoas recorram a usuários que cobram altas taxas, sendo isto feito na maioria dos casos para satisfazer a necessidade de consumo de curto prazo e não para fazer investimentos de longo prazo (Morduch, 1998).

Esta falta de investimento de longo prazo leva à estagnação da economia perpetuando a pobreza das economias que não conseguem dar resposta ao problema do crédito.

Desde os anos 50 os governos compreenderam a problemática acima descrita. Houve desde então um grande número de programas que visaram a subsidiação de crédito de forma a fornecer crédito barato a quem dele carecia.

Instituições financeiras de desenvolvimento e doadores internacionais foram responsáveis por fazer chegar crédito barato a agricultores pobres (Jhonson e Rogaly, 1997). Mas a dependência de doações, a dificuldade de monitorização, os maus investimentos e as baixas taxas de retorno fizeram com que este tipo de programas se tornasse insustentável.

No entanto programas de subsidiação de crédito não tiveram o resultado esperado, sendo que a maioria destes programas teve um efeito quase nulo ou mesmo nefasto. Segundo Robinson (1998) este tipo de programas tinha grandes problemas, os seus custos de implementação eram bastante grandes e a taxa de retorno dos empréstimos muito baixa. O aparecimento do microcrédito no final dos anos 70 veio renovar a esperança de se reduzir a pobreza.



### **2.3.3 Microcrédito: uma solução**

Em 1976 Muhammad Yunus criou o banco Grameen como forma de conceder empréstimos a pessoas, as quais formam grupos de forma a se entreajudarem, que não os conseguiria obter através dos bancos tradicionais.

Empréstimos estes que têm uma taxa de pagamento acima de 95% o que dadas as características de alto risco deste tipo de clientes, faz com que seja surpreendente a alta taxa de retorno dos empréstimos (Besley e Coates 1995). Já Cessar et al (2007) fazem ver que a confiança pessoal entre os membros do grupo e a homogeneidade social são de grande importância para explicar as taxas de recuperação deste tipo de empréstimos.

No entanto, Mathieu Chemin (2007) nota que a taxa de reembolso de 95% dos empréstimos é uma média obtida passados 291 dias após a data de reembolso: considerando apenas 30 dias após a data de reembolso, a taxa será apenas de 71%.

O aparente sucesso do Grameen levou a que rapidamente fossem criadas 1200 instituições de microcrédito no Bangladesh. Segundo dados do estudo de Deepa Narayan and Elena Olinskaya (2006), referente ao Bangladesh em 2005, as instituições de microcrédito já teriam concedido crédito no valor de 950 milhões de dólares, a mais de 16 milhões de pessoas representando 40% das famílias tento por, seu lado, captado 470 milhões de dólares em poupança. Face a este aparente sucesso do microcrédito alguns estudos foram feitos para verificar o sucesso do microcrédito.

Pit e Khandler (1998), com referência à informação do Banco Mundial sobre o microcrédito no Bangladesh, estimaram que por cada 100 takas emprestadas a uma mulher o consumo aumentava em 18 takas. Já Morduch (1999) argumenta que Pit e Khandler se basearam em amostras enviesadas. Usando um modelo que lhe permitia anular o enviesamento chega à conclusão que o microcrédito não tem um impacto significativo.

Mathieu Chemin (2007) no seu estudo procura encontrar maneira de evitar o enviesamento descrito por Morduch, considerando, no entanto que este último foi demasiado restritivo em

relação aos dados, chegando à conclusão que se bem que o microcrédito seja relevante os valores encontrados no estudo são mais baixos que os de Pit e Khandler.

Mathieu Chemin (2007) chega também à conclusão que o microcrédito tem falhas na tentativa de se centrar nos mais pobres. No entanto tem benefícios pois, para além do aumento do rendimento, promove a auto sustentabilidade, uma maior igualdade para as mulheres e o aumento do conhecimento através da ajuda dada pelos programas de microcrédito, sem ser de ordem monetária, de forma á realização do negócio.

#### **2.3.4 Microcrédito: mecanismos**

As dificuldades de os pobres acederem ao crédito bancário centram-se principalmente nos problemas da “*self-selection*” e do “*moral hazard*” os quais conjugados com a falta de colateral, faz com que estes indivíduos representem um risco demasiado grande para os bancos.

O problema da “*self-selection*” advém da incapacidade que o banco tem em conhecer quais as características dos contratantes do empréstimo, qual a razão do empréstimo, qual o comportamento face ao risco, entre outras.

O “*moral hazard*” reflecte a incapacidade que o banco tem em supervisionar a aplicação do empréstimo pelo contratante e o esforço despendido por este último para pagar o empréstimo.

O microcrédito, através da criação de grupo de empréstimos, sendo que será concedido um empréstimo a um dos membros e só quando esse empréstimo tiver sido pago será concedido novo empréstimo a outro membro, permite reduzir os custos em que se incorre com os problemas atrás referidos.

Ao criar grupos de empréstimo existe a redução do problema do “*self-selection*”, pois os indivíduos alvos ao formarem os grupos de empréstimo tomaram em conta o conhecimento que detêm uns dos outros, de forma a se juntarem a indivíduos com as mesmas características.

Besley e Coate (1995) fazem ver que relações sociais pré-existentes entre os membros são a base da cooperação dos grupos de empréstimo do banco Grameen. Já segundo Karlan (2007) quanto maior for a conexão social do grupo maior será a sua eficácia.

Por sua vez ao tornar, até certo ponto, os membros do grupo solidariamente responsáveis (*joint liability*) por cada empréstimo, na medida em que será possível os restantes membros reembolsarem um empréstimo de outro membro que se encontra em atraso para poderem continuar a beneficiar da obtenção de novos empréstimos. Segundo Ghatak e Guinnane (1998), a descoberta do método de *joint liability* é importante pois ela pode diminuir o custo de auditoria e aumentar a eficiência.

Assim através da utilização do *joint liability* o microcrédito diminui ou mesmo elimina o problema de “*moral hazard*”, pois serão os próprios membros do grupo que, através do “*peer monitoring*” desempenharão a função de conhecer qual o uso real do empréstimo pelo beneficiário e qual o esforço que está a ser feito, diminuindo, ou mesmo eliminando, o custo em que o banco incorreria para supervisionar o empréstimo.

Confrontado com a questão de se o “*peer monitoring*”, o qual permite a transferência do risco do banco para o cliente, melhora a situação do cliente. Stiglitz (1990) afirma que o “*peer monitoring*” melhora a situação do cliente no sentido em que este poderá obter um empréstimo de maior proporção, estando em grupo, do que o que poderia obter numa base individual.

Estes mecanismos permitem que em pequenos empréstimos o colateral financeiro seja substituído por colateral social. Esta é uma alternativa de baixar os custos de acompanhar os empréstimos ao usar *inside information* acerca dos contratantes do empréstimo e do seu uso real (Johson and Rogaly 1997) evitando assim problemas de *adverse selection* e *moral hazard*.

No entanto enquanto o empréstimo em grupo é sempre benéfico, o “*joint liability*” não é necessariamente uma medida de optimização (Mikhail Drugov e Rocco Macchiavello 2008). Segundo (Karlan e Mullainathan 2007) o método “*joint liability*” tem sido tem sido questionado na medida dos custos que impõe em termos da falta de flexibilidade.

Uma outra forma que as associações de microcrédito usam para diminuir o efeito das características de “alto risco” deste tipo de empréstimos é usar empréstimos graduais. É também de notar que a maioria dos beneficiários dos empréstimos opera em “empresas” com vendas anuais de menos de 20,000 dólares, onde são os únicos funcionários (Clark and Huston 1993)

Segundo McLenighan e Pogge (1991) as associações de microcrédito não são bancos, pois não oferecem depósitos e outros serviços financeiros que não pequenos empréstimos. Sendo que a maioria não tem fins lucrativos e oferecem o crédito como forma de incentivar o

desenvolvimento económico e/ou combater a pobreza e a exclusão social (Servon 1999; Sherrard Sherraden, Sanders and Sherraden 2004; Taub 2004).

No entanto cada vez mais as instituições de microcrédito angariam depósitos, contrariando McLeninghan e Pogge (1991), o requerimento de depósitos é um traço comum na maioria dos sistemas de microcrédito pois, tanto o Grameen como algumas das maiores instituições de microcrédito do Bangladesh têm um sistema de depósitos compulsório para os seus clientes (Dowla e Alamgir; 2003). Depósitos estes que servem finalidades varadas: eles servem para equilibrar o consumo do empréstimo ao criarem fontes alternativas de financiamento. Servem também de incentivo para o pagamento do empréstimo, uma vez que não havendo o pagamento do empréstimo não se poderá aceder aos depósitos.

## **2.4 Portugal**

### **2.4.1 Situação económica**

*“De 1999 até finais de 2006 o microcrédito permitiu que fossem criadas aproximadamente 630 empresas com um volume de emprego, referido ao momento de criação da empresa, de cerca de 750 postos de trabalho.” Presidente da ANDC 28/12/2006*

O tecido económico português é constituído, na sua quase totalidade, por PME's e micro empresas (sendo que, segundo os dados do INE referentes a 2007, estas representam cerca de 95% do total de empresas) e também por uma percentagem grande de indivíduos que trabalham por conta própria através do chamado “*self employment*”. Muitas destas empresas foram criadas sem recurso ao crédito bancário por impossibilidade de acederem ao mesmo, tendo em vez disso sido criadas através de recurso ao crédito informal, normalmente empréstimos de familiares ou conhecidos. No entanto estes empréstimos informais são em menor escala que os empréstimos institucionais e menos estáveis levando a que as empresas que se apoiam neste tipo de empréstimos tenham maiores dificuldades de sobrevivência.

**Tabela 1 – Empresas por número de efectivos**

Nº de efectivos	Nº de empresas	%
Total	1101681	100,00%
Menos de 10	1051195	95,42%
Out-49	43443	3,94%
50 - 249	6124	0,56%
250 E mais	919	0,08%

Fonte: Elaboração própria construída com base nos dados INE referentes a 2007 e actualizados em 03 Junho de 2009

Neste contexto apercebemo-nos da importância que o microcrédito pode ter na economia portuguesa, como forma de combater a exclusão social, promover a criação de novos negócios e combater o desemprego.

No “Estudo de avaliação do sistema do microcrédito em Portugal” (2007), os autores, através de um modelo econométrico, estimaram qual o impacto da participação no programa de microcrédito.

Ao considerarem variáveis como a situação profissional, a escolaridade, o género, o estado civil (casado, solteiro, etc.) entre outras, chegaram à conclusão “...o rendimento líquido de um indivíduo que tenha aderido ao microcrédito há algum tempo (por forma a estar no grupo de tratamento) tenha aumentado em 311,672 euros mensais...”.

Para além disso, chegaram também à conclusão que indivíduos com ensino secundário completo beneficiam mais do recurso ao microcrédito do que os que não concluem o ensino secundário; trabalhadores por conta de outrem beneficiam mais do que pessoas com outro tipo de situação laboral; indivíduos que partem de uma situação inicial de desemprego beneficiam mais do que indivíduos que estão inicialmente empregados.

*“O microcrédito tem contribuído de forma eficaz para melhorar o bem-estar dos seus beneficiários, não só gerando acréscimos significativos de rendimento, mas também contribuindo positivamente para outras dimensões da inclusão social”* (conclusão do Relatório preliminar sobre a avaliação do sistema de microcrédito em Portugal).

***“O sistema do microcrédito em Portugal é, há semelhança de outros países, ainda débil encontrando-se ainda numa fase emergente, embora tenha nascido em 1999 através da ANDC”*** Mário de Jesus FRES – Fórum de Reflexão Económica e Social

### **2.4.2 Legislação**

Este novo conceito de crédito proporcionou, em diversos países, com grande sucesso, o desenvolvimento de projectos de pequenas empresas e «auto-emprego», o que permitiu às pessoas que tiveram acesso ao crédito a possibilidade de gerar rendimentos e, em muitos casos, melhorar a sua condição de vida

Considera-se, no entanto, à semelhança do que acontece em vários países, que deve ser permitida a criação de entidades que, sem recorrerem à captação, junto do público, de depósitos ou outros fundos reembolsáveis, possam exercer a actividade de concessão de crédito de montantes reduzidos. Para este efeito começou a ser criada legislação própria que permita, estimule e regule um maior aparecimento de sociedades que fomentem o microcrédito. Portugal começou, em finais de 2009 início de 2010, a dar os primeiros passos no sentido de criar legislação que permitisse uma maior regulação das sociedades de microcrédito.

*“O Programa do XVIII Governo inclui ... dinamização do microcrédito, enquanto instrumento dirigido ao apoio ao empreendedorismo, à criação do auto-emprego e, consequentemente, vocacionado para a criação de oportunidades, bem como para a geração de emprego e de riqueza.”* (Decreto-lei nº12/2010 de 19 de Fevereiro)

Esta dinamização foi elaborada através da criação do Decreto-lei nº12/2010 de 19 de Fevereiro, o qual veio possibilitar a constituição de empresas especificamente vocacionadas para o microcrédito, possibilitando assim o alargamento da actividade do microcrédito tendo em vista fomentar o aparecimento de novos investimentos e a criação de emprego.

Segundo o Decreto-lei nº12/2010 de 19 de Fevereiro o microcrédito em Portugal consiste *“...num financiamento de valor reduzido concedido a pessoas com motivação e capacidade para desenvolver uma actividade económica, quer se encontrem numa situação de desemprego quer sejam pequenos empresários”*

Segundo o nº1 do mesmo, são consideradas sociedades financeiras de microcrédito as sociedades que *“...têm por objecto a prática de operações de concessão de crédito de montantes reduzidos, a particulares e a empresas, para desenvolver uma actividade*

*económica, o aconselhamento dos mutuários e o acompanhamento dos respectivos projectos”.*

O presente trabalho tem em vista a análise dos dados da ANDC sobre o microcrédito, no entanto, é de ter em atenção que existem presentemente outras instituições que também concedem microcrédito.

### **2.4.3 A ANDC**

A ANDC começou o seu programa de microcrédito em 1999, depois da celebração do acordo de cooperação entre o IEFP e a ANDC assinado a 30 de Abril.

A ANDC estabeleceu também, acordos de cooperação com as seguintes instituições financeiras: o BCP em 1999, na mesma altura do acordo com o IEFP tendo em 2000 estabelecido acordos de cooperação com a CGD e o BES.

A ANDC procura percorrer com o candidato um percurso de diagnóstico da sua situação pessoal, de implementação e viabilidade do negócio, das capacidades necessárias ao sucesso e sustentação da actividade que poderá traduzir-se na criação de uma microempresa, ou do seu posto de trabalho.

No seguimento desta verificação se tornar viável, o técnico da ANDC apresenta o projecto do candidato a uma Comissão de Crédito que aprecia a situação de acordo com vários parâmetros estabelecidos e esta aprova, ou não, o crédito. Em caso de aprovação, a solicitação do empréstimo segue de imediato para o banco.

Caso o projecto seja aprovado pelo banco é necessário definir um fiador, que será responsável por 20% do empréstimo, normalmente um familiar/conhecido do candidato.

Esta figura do fiador existe de forma a substituir, até certo ponto, as características dos empréstimos em grupo e a “*joint liability*”, isto porque a própria ANDC reconhece que, dada a distribuição geográfica dos beneficiários dos empréstimos, não é viável constituir grupos de empréstimos.

O processo de acompanhamento na implementação do negócio e seu desenvolvimento durante o período de reembolso é considerado pela ANDC como uma mais valia que está subjacente ao próprio conceito de microcrédito.

O valor mínimo do crédito concedido é de 1000 € e o máximo de 5000€. O reembolso do empréstimo deverá ser feito num prazo de 36 meses, em prestações constantes e iguais. Há

a possibilidade de conceder 2 meses de carência da prestação do capital, mas não do juro. Neste caso o beneficiário pagará a totalidade do capital em 34 meses.

A actividade da ANDC permitiu construir uma rede que ultrapassa em muito os protocolos estabelecidos. Além dos associados, a ANDC possui alguns protocolos de colaboração, formais ou informais, com diversas entidades que permitem o encaminhamento de eventuais interessados para o microcrédito, bem como a divulgação da filosofia e metodologia do mesmo.

Em 1999 quando começou o programa de microcrédito a ANDC contava com 3 técnicos os quais tinham por função diagnosticar a situação pessoal do beneficiário e acompanhar durante a fase de desenvolvimento do possível negócio. Em 2009 o número de técnicos ascendia para 9 distribuídos pelo país:

**Tabela 2 – Número de técnicos por distrito**

Localidade	Alentejo	Algarve	Coimbra	Lisboa	Porto	Vila Real
Número de técnicos	1	1	1	4	2	1

Fonte: Elaboração própria, dados ANDC

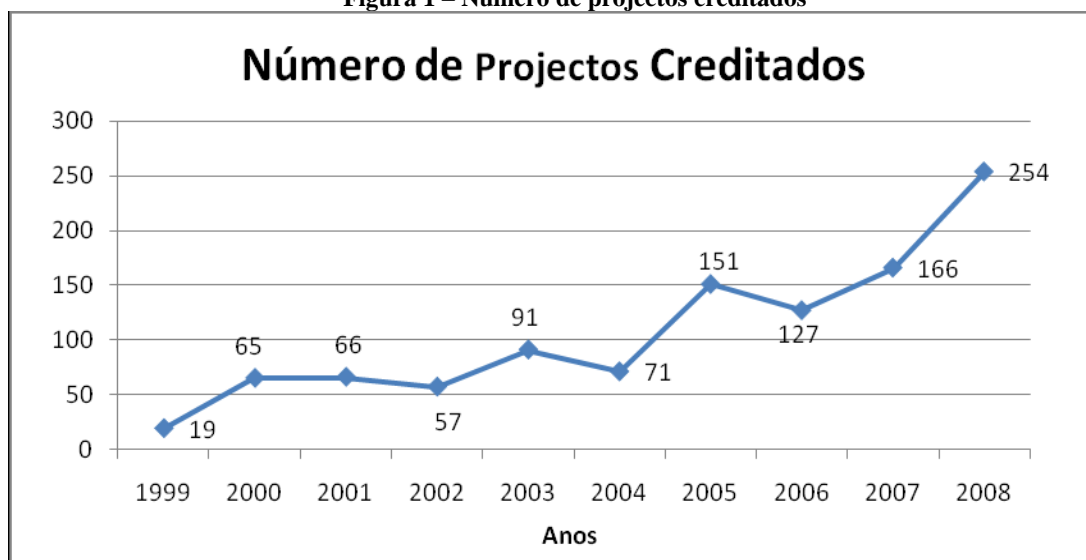
No relatório de actividade de 2008 a ANDC aprovou 288 projectos de crédito, traduzindo-se num crédito de 1 505 806 euros.

Ao longo da sua existência a ANDC, através dos protocolos com as instituições financeiras, já concedeu crédito no valor de 5 342 308,32 euros, traduzindo-se em 1092 projectos.

Desde a sua criação até 2008, tem havido um número crescente de novos projectos por ano, sendo que em 2008 ultrapassou a meta dos 250 projectos.

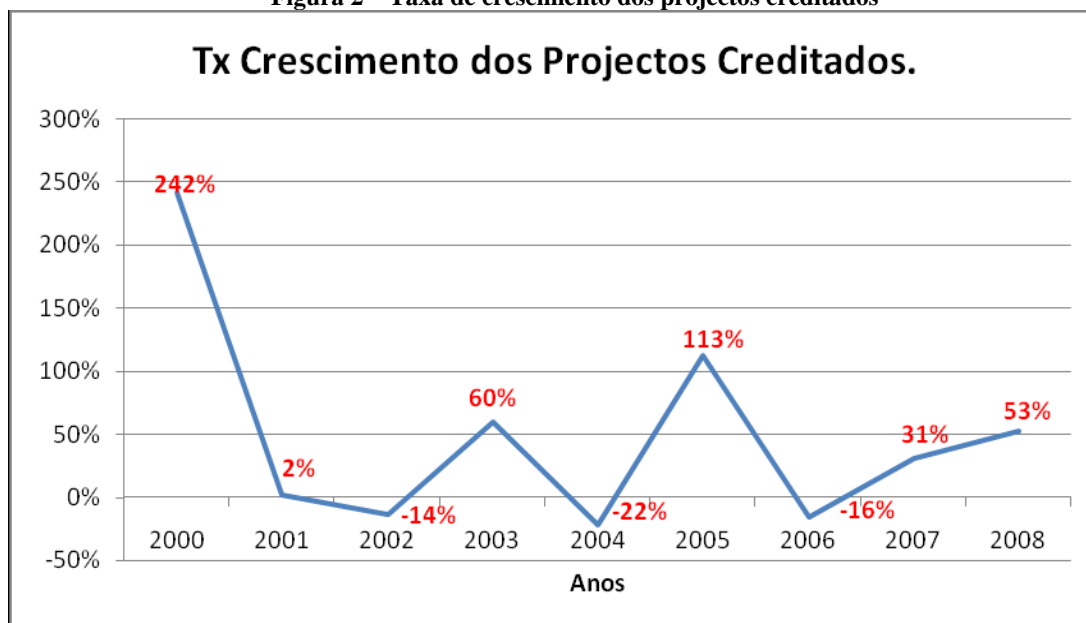


Figura 1 – Número de projectos creditados



Fonte: Relatório de actividades e contas da ANDC de 2008

Figura 2 – Taxa de crescimento dos projectos creditados



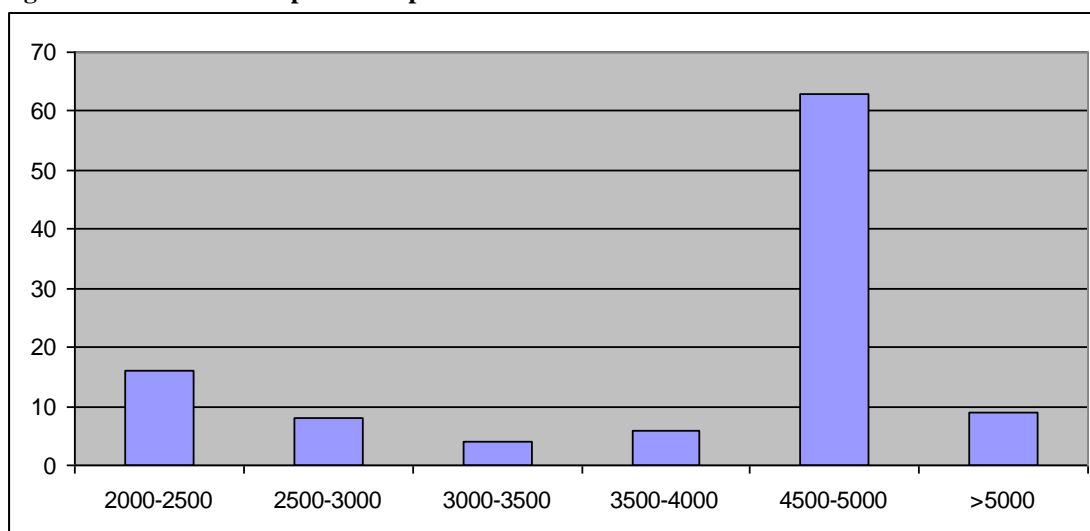
Fonte: Relatório de actividades e contas da ANDC de 2008

## Capítulo III – Metodologia e análise de dados

Os dados analisados de seguida, foram facultados pela ANDC. Estes dados correspondem à população do distrito de Lisboa que participou no programa de microcrédito da ANDC entre 1999 e 2003. Este intervalo temporal foi escolhido para que qualquer negócio em análise, ao ainda existir, seja assegurado que sobrevive no longo prazo (mais de cinco anos). A população é composta por 106 observações (empréstimos) correspondentes a 105 beneficiários tendo um deles feito um empréstimo inicial e um subsequente reforço desse empréstimo.

A totalidade dos empréstimos feitos correspondia a uma quantia que ascendia a 427.087,53 euros, sendo 4029,13 euros a quantia média por empréstimo. O menor valor registado para um empréstimo foi de 1010,52 euros por outro lado o maior valor registado para um empréstimo foi de 5156,88 euros

**Figura 3 – Número de empréstimos por montante**

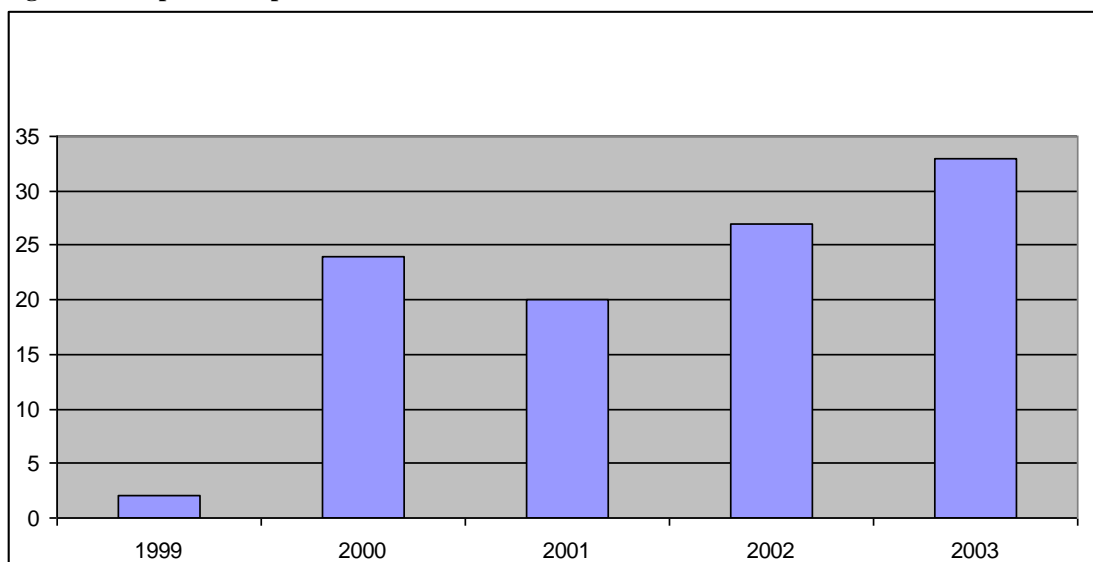


Fonte: Elaboração própria, dados ANDC

Houve 2 empréstimos em 1999, 24 em 2000, em 2001 houve 20 novos empréstimos, 2007 volta a aumentar o número de novos empréstimos para 27 finalmente em 2003 voltamos a ter um aumento, tendo havido 33 novos empréstimos.

Nota-se assim uma tendência de aumento do número de novos empréstimos com o passar dos anos

**Figura 4 – Empréstimos por ano**



Fonte : Elaboração própria, dados ANDC

De realçar que o programa de empréstimos começou já depois de Abril de 1999 sendo essa a razão apontada (pelos próprios técnicos da ANDC) para o pequeno nº de empréstimos realizados em 1999.

Os empréstimos estão repartidos pelos vários concelhos do distrito de Lisboa da seguinte forma:

**Tabela 3 – Empréstimos por concelho**

Lisboa	Amadora	Loures	Sintra	Vila Franca de Xira	Torres Vedras	Cascais	Oeiras	Outros
19	13	14	10	8	5	20	9	8
17,92%	12,26%	13,21%	9,43%	7,55%	4,72%	18,87%	8,49%	7,55%

Fonte: Elaboração própria, dados ANDC

Na sua totalidade, a utilização dos empréstimos deu origem à criação de 156 novos postos de trabalho.

Verifica-se que, se na sua grande maioria cada empréstimo deu origem a um posto de trabalho, existem no entanto alguns empréstimos que deram origem a dois, três ou mais postos de trabalho, como se pode verificar na tabela seguinte:

**Tabela 4 – Número de empréstimos por posto de trabalho criado**

Postos criados	1	2	3	4	5	6
Nº de empréstimos	67	33	3	2	0	1
	63,21%	31,13%	2,83%	1,89%	0,00%	0,94%

Fonte : Elaboração própria, dados ANDC

No período em análise existe uma predominância do género feminino (60,4%), a participar no programa de microcrédito da ANDC, em relação ao género masculino (39,6%).

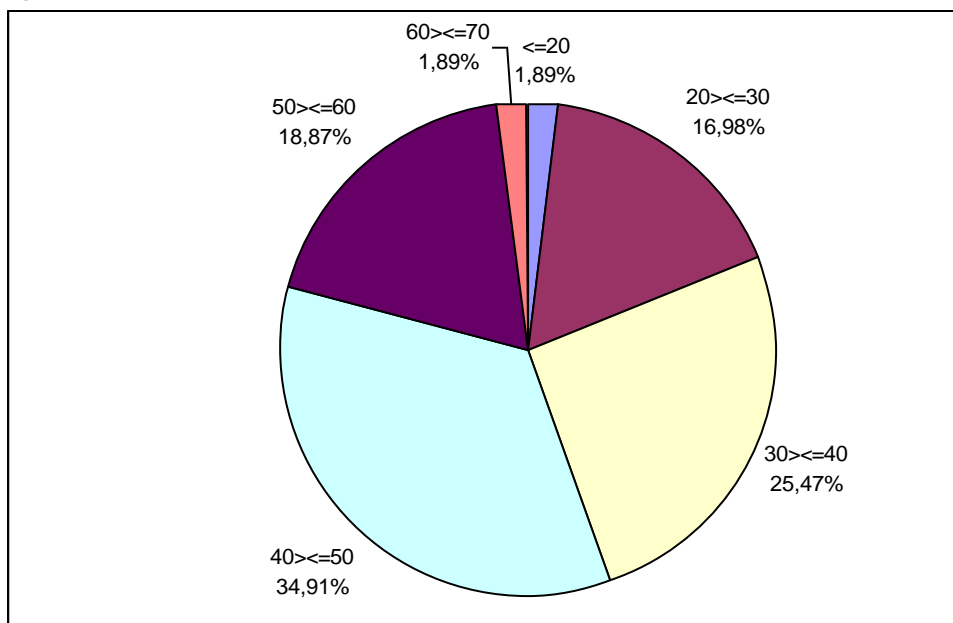
É de notar que, se bem que a maioria dos beneficiários de empréstimos seja de nacionalidade portuguesa (83,02%), existem outras nacionalidades tais como: Angola (4,72%), Guiné (3,77%), Cabo Verde (2,83%), São Tomé e Príncipe (1,89%) e os últimos 3,77% são representados por Moçambique, Roménia, Peru e Cuba, cada qual com uma observação.

**Tabela 5 – Empréstimos por nacionalidade**

Portugal	Angola	Guiné	Cabo Verde	São Tomé e Príncipe	Outros
88	5	4	3	2	4
83,02%	4,72%	3,77%	2,83%	1,89%	3,77%

Fonte : Elaboração própria, dados ANDC

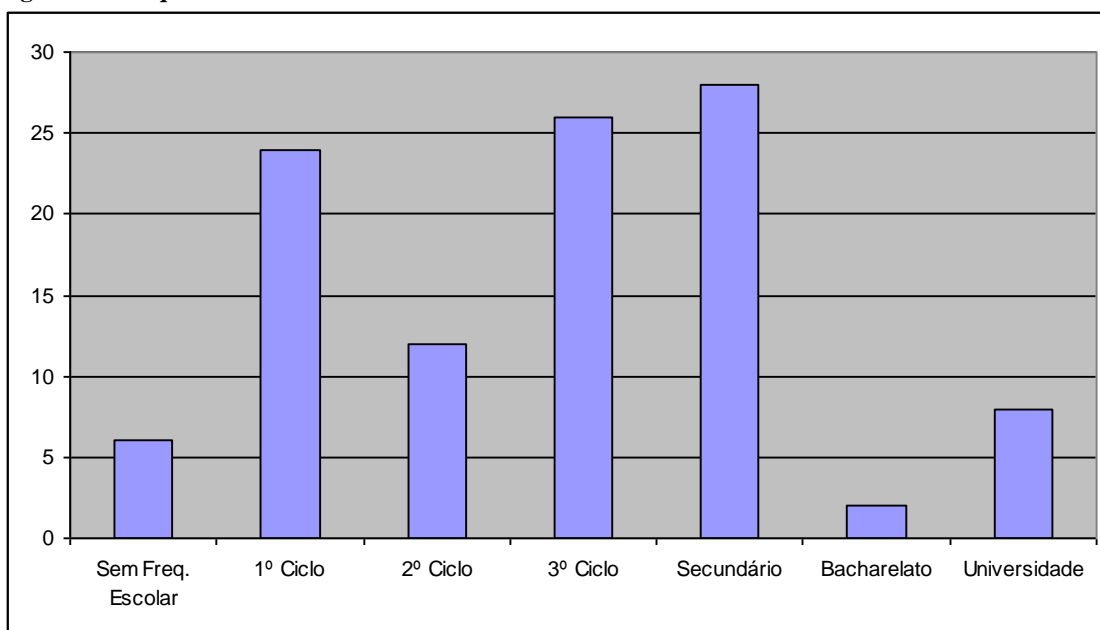
A idade predominante dos beneficiários dos empréstimos situa-se entre os 30 e os 50 anos, os quais compõem a maioria dos dados com 64 observações (60,38%). A casa entre os 20 e os 30 representa 16,98% (18 observações) dos dados, peso ligeiramente inferior à casa entre os 50 e os 60 com 20 observações (18,87%). Abaixo dos 20 anos existem apenas 2 casos (1,89%), peso igual ao da casa entre os 60 e os 70. De notar que não existe qualquer observação onde o beneficiário tenha mais de 70 anos.

**Figura 5 – Idade dos beneficiários**

Fonte : Elaboração própria, dados ANDC

A esmagadora maioria dos beneficiários (94,34%) tem certo nível de frequência escolar, sendo que apenas 5,66% não têm qualquer frequência escolar.

O nível médio de frequência escolar dos beneficiários encontra-se entre o 1º ciclo e o secundário com 90 observações (84,91%), a frequência universitária representa apenas 7,55% dos casos (8 observações) existindo apenas duas observações com bacharelato.

**Figura 6 – Frequência escolar**

Fonte : Elaboração própria, dados ANDC

Nesta parte exporemos os principais resultados da entrevista realizada a uma amostra da população anterior mente descrita. A entrevista foi colocada a 40 indivíduos seleccionados aleatoriamente da população anteriormente descrita que conta com 106 indivíduos, sendo o objectivo desta determinar quantos dos negócios criados através do microcrédito existiam à data da entrevista e dos que já não existiam qual foi a sua duração média. Para além destas questões foram também colocadas questões com vista a tentar descrever a situação dos beneficiários do empréstimo.

Os resultados das entrevistas são:

Em relação ao estado civil dos indivíduos verificamos que 30% dos indivíduos são solteiros, 37,5% são casados, 20% deles são divorciados e finalmente 12% são viúvos.

**Tabela 6 – Estado civil**

Solteiro	Casado	Divorciado	Viúvo	Outro
12	15	8	5	0
30,00%	37,50%	20,00%	12,50%	0,00%

Fonte : Elaboração própria

A maioria dos entrevistados tem no mínimo um filho, sendo que apenas 25% dos entrevistados não tinha filhos na altura do empréstimo. Ter um único filho perfaz 47% das observações sendo seguido por não ter nenhum filho com 25% das observações, já ter dois filhos ou três representa respectivamente 12% e 15%, não existe nenhuma observação com mais de três filhos.

**Tabela 7 – Número de filhos**

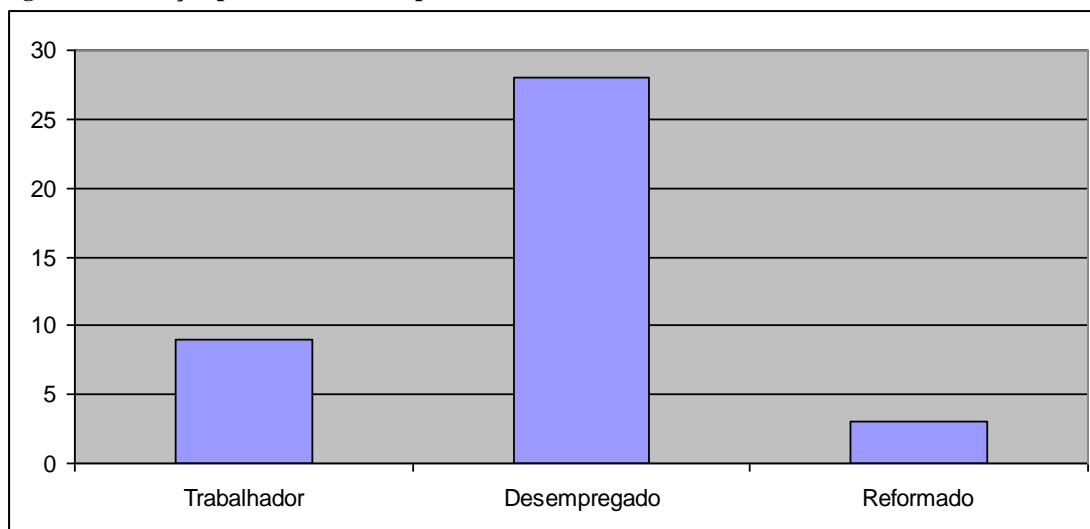
Nº de filhos	0	1	2	3	3<
Nº de observações	10	19	5	6	0
	25,00%	47,50%	12,50%	15,00%	0,00%

Fonte : Elaboração própria

Em relação à situação profissional anterior ao empréstimo na grande maioria das observações (70%) o entrevistado estava desempregado havendo apenas nove

observações onde o entrevistado tinha ocupação profissional, por último três dos entrevistados já se encontravam reformados.

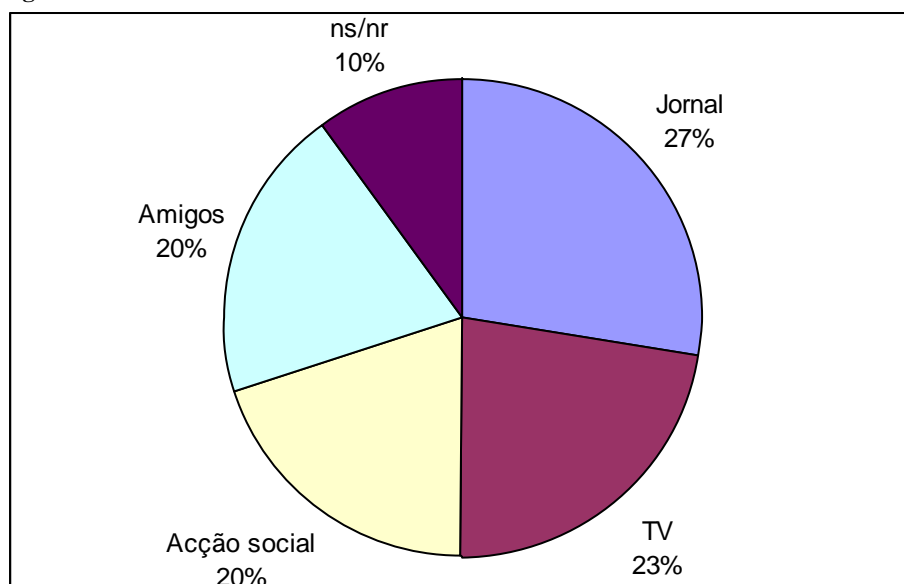
**Figura 7 – Situação profissional no empréstimo**



Fonte : Elaboração própria

Em 50% dos casos, a televisão e os jornais são indicados como o veículo pelo qual se tomou conhecimento do microcrédito. Amigos e acção social têm um peso de 20% cada um. Os restantes 10% são representados por pessoas que não se lembravam como tomaram conhecimento do microcrédito.

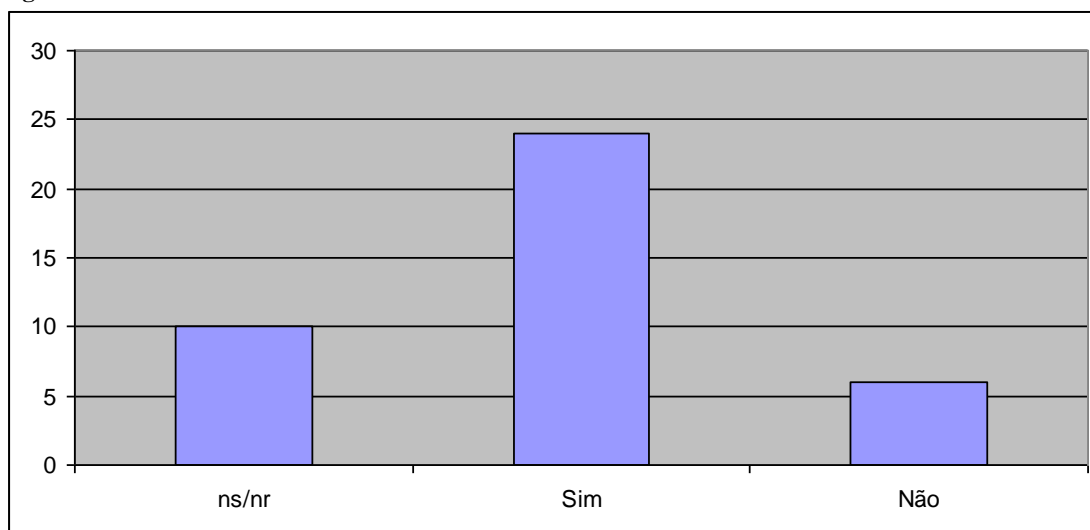
**Figura 8 – Conhecimento do microcrédito**



Fonte : Elaboração própria

Questionados sobre a melhoria de rendimento obtido através dos negócios criados a maioria dos entrevistados (60%) considerava ter havido uma melhoria de rendimento sendo que apenas 15% não consideravam qualquer melhoria. Em 25% das entrevistas o entrevistado não soube responder.

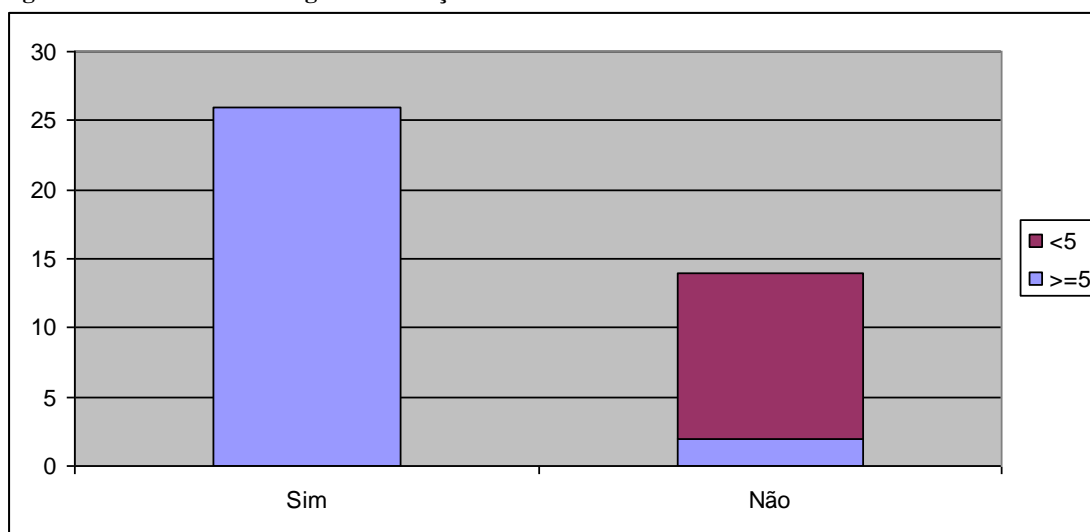
**Figura 9 – Melhoria de rendimento**



Fonte : Elaboração própria

O número de negócios existente à data das entrevistas ascendia a 26, contra 14 negócios que se tinham extinguido à data das entrevistas. É de realçar que dos negócios extinguidos a sua quase totalidade teve duração inferior a 5 anos.

**Figura 10 – Existência de negócio e duração**

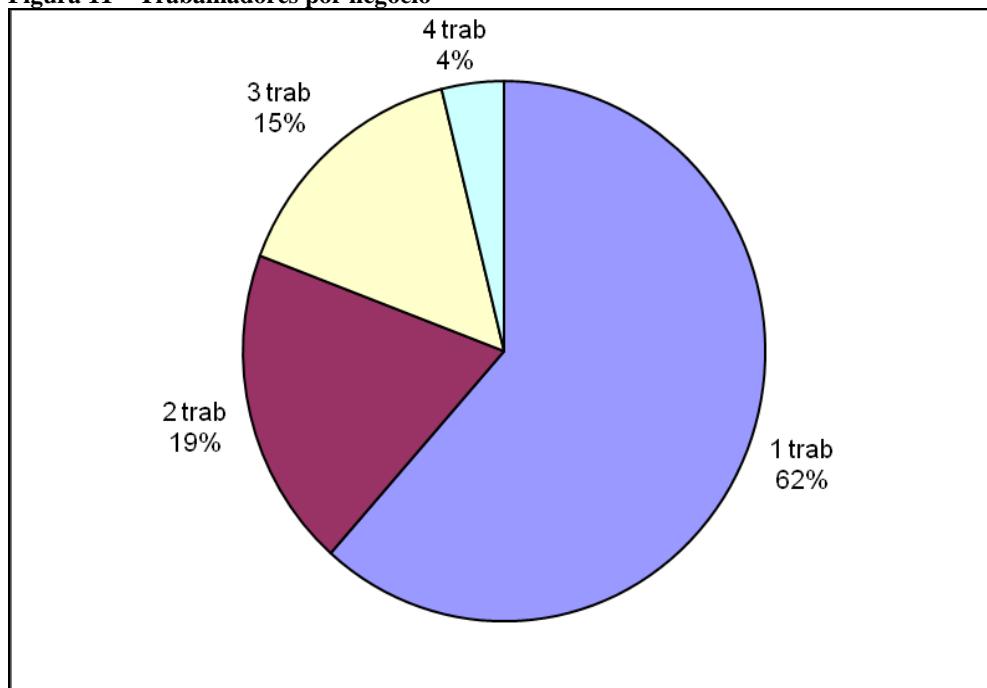


Fonte : Elaboração própria



A maioria dos entrevistados (61%) afirma ser o único trabalhador no negócio, no entanto verifica-se a existência de 5 negócios com dois trabalhadores, 4 com três trabalhadores e 1 com quatro trabalhadores.

**Figura 11 – Trabalhadores por negócio**



Fonte : Elaboração própria

De forma a ver quais os principais factores que influenciam a duração de um negócio, tendo apenas em vista as características dos elementos da amostra, ajustou-se o seguinte modelo:

$$Dr = \alpha_1 + \alpha_2 EC + \alpha_3 NF + \alpha_4 SPE + \alpha_5 EDU + \epsilon$$

Onde:

Dr é a duração, em anos, do negócio.

EC é uma variável dummy, representando se o indivíduo é casado, assumindo o valor de um se o indivíduo em causa for casado e zero nos outros casos, sendo de esperar que os negócios de indivíduos casados tenham uma maior duração.

NF representa o número de filhos, esta variável existe para dar resposta à seguinte questão: será que o número de filhos influencia a duração do negócio? E essa influência será positiva ou negativa?

SPE é uma variável dummy que toma o valor de um caso o indivíduo esteja a trabalhar por conta de outrem ou própria, e zero nos outros casos, sendo de esperar que um indivíduo que esteja empregado ou trabalhe por conta própria tenha, em média melhor resultados.

EDU é a habilitação escolar máxima obtida pelo detentor do negócio. Esta variável assume valor zero caso não haja frequência escolar, será um, dois ou três consoante a habilitação máxima seja primeiro, segundo ou terceiro ciclo respectivamente, em caso do máximo ser o secundário o será dado o valor quatro e finalmente o cinco caso haja frequência universitária.

Feita a regressão linear, o resultado obtido foi:

$$Dr = 8,189 - 2,005EC - 0,542NF + 0,898SPE - 0,181EDU + \epsilon$$

Assim, teremos que o número de anos que um negócio dura é negativamente influenciado pelo estado civil, caso um indivíduo seja casado o negócio tenderá a ter, em média, menos dois anos de duração. O negócio, em média, tenderá a durar menos meio ano por cada filho. Os negócios cujo detentor estivesse empregado na altura do empréstimo tenderão a durar mais dez meses. Por último quanto maior o nível de frequência escolar menor será a duração do empréstimo.

As conclusões tiradas desta regressão não são, no entanto, robustas, devido ao reduzido número de observações era improvável conseguir um ajustamento de uma recta.

A comprová-lo temos os valores da regressão:

**Tabela 8 – Estatísticas da Regressão**

<i>Estatística de regressão</i>			<i>Stat t</i>	<i>valor P</i>
R múltiplo	0,363908	Interceptar	5,651	0,000
Quadrado de R	0,132429	estado civil	-1,840	0,074
Quadrado de R ajustado	0,033	Nº de filhos	-0,976	0,336
Erro-padrão	3,233875	nível ensino	-0,468	0,643
Observações	40	sit prof no emp	0,714	0,480

Como podemos verificar o R ao quadrado ajustado, que mede o ajustamento do modelo à realidade, tem um valor baixo, o que indica um mau ajuste do modelo. Por sua vez os teste da estatística T e do valor P indicam a não relevância das variáveis explicativas.

Isto indica, como já foi dito, que o modelo não se ajusta à realidade, podendo isso dever-se ao pequeno número de observações.

De forma a melhor dar resposta às duas hipóteses, se a maioria dos negócios criados entre 1999 e 2003 ainda existe e se os detentores destes negócios tiveram uma melhoria do seu rendimento, tentar-se-á criar intervalos de confiança, com um grau de confiança a 95%, para os valores encontrados na amostra em relação à existência dos negócios e à melhoria do rendimento.

O tipo de intervalo de confiança a construir é o intervalo para populações de Bernoulli, grandes amostras. Isto porque sendo  $\theta$  a probabilidade de, seleccionando um negócio, este existir e  $1 - \theta$  a probabilidade de este não existir segue uma distribuição de Bernoulli. Da mesma forma a probabilidade de, seleccionando um negócio, o seu beneficiário reconhecer uma melhoria no seu rendimento é  $\theta$  sendo  $1 - \theta$  a probabilidade de este não reconhecer uma melhoria no seu rendimento existir.

O intervalo de confiança será então dado pela seguinte equação

$$\bar{x} - z_{\frac{\alpha}{2}} \sqrt{\bar{x}(1 - \bar{x})/n} ; \bar{x} + z_{\frac{\alpha}{2}} \sqrt{\bar{x}(1 - \bar{x})/n}$$

No caso de qual a proporção de negócios existentes no distrito de Lisboa, temos

$$\bar{x} = 0,65 \quad 1 - \bar{x} = 0,35 \quad n = 40 \quad z_{\frac{\alpha}{2}} = 1,96$$

Assim um intervalo de confiança a 95% para a proporção de negócios que ainda existem na população alvo será

$$0,65 - 1,96 \sqrt{0,65 * 0,35 / 40} ; 0,65 + 1,96 \sqrt{0,65 * 0,35 / 40}$$

$$(0,7978 ; 0,5022)$$

Podemos assim dizer que, com 95% de confiança, a proporção de negócios existentes na população alvo é superior a 50%.

Da mesma forma construindo um intervalo de confiança a 95% para a proporção de beneficiários que considera ter tido uma melhoria de rendimento temos

$$\bar{x} = 0,60 \quad 1 - \bar{x} = 0,40 \quad n = 40 \quad z_{\frac{\alpha}{2}} = 1,96$$

$$0,60 - 1,96\sqrt{0,60 * 0,40 / 40} ; 0,60 + 1,96\sqrt{0,60 * 0,40 / 40}$$

$$(0,7518 ; 0,4482)$$

No caso da melhoria do rendimento, com 95% de confiança, não se pode afirmar que a maioria dos beneficiários tenha notado um aumento no seu rendimento.

No entanto é de notar que se está a considerar tanto os entrevistados que notaram uma melhoria no rendimento, os que não notaram e os que simplesmente não responderam à questão.

Assim iremos construir um intervalo sem contar com entrevistados que não responderam à questão.

Temos assim

$$\bar{x} = 0,80 \quad 1 - \bar{x} = 0,20 \quad n = 30 \quad z_{\frac{\alpha}{2}} = 1,96$$

$$0,80 - 1,96\sqrt{0,80 * 0,20 / 30} ; 0,80 + 1,96\sqrt{0,80 * 0,20 / 30}$$

$$(0,9341 ; 0,6569)$$

Não considerando os beneficiários que não responderam à questão da melhoria de rendimento, vemos então que a um nível de confiança a 95% a maioria dos beneficiários notou um aumento do seu rendimento.

É de referir que este tipo de intervalos de confiança é feito para grandes amostras de forma a diminuir o erro quando se substitui  $\theta$  por o seu estimador consistente. Como a amostra em causa é pequena é necessária cautela ao interpretar os referidos resultados.

## Conclusão

O microcrédito apareceu pela primeira vez no Bangladesh como forma de financiar os indivíduos que, tendo espírito empreendedor, não tinham acesso aos financiamentos normais.

Devido às suas características inovadoras, como o empréstimo em grupo, o microcrédito teve no Bangladesh uma taxa de sucesso bastante significativa.

Devido ao seu aparente sucesso no Bangladesh houve uma expansão de programas de microcrédito um pouco por todo o mundo, tendo chegado a Portugal, em 1999, pelas mãos da ANDC.

Este trabalho tinha como principal objectivo testar a sustentabilidade dos negócios criados através do recurso ao microcrédito, considerando como sustentável o negócio que tenha a capacidade de se manter na perpetuidade e crie um retorno monetário positivo e suficiente para o sustento das pessoas envolvidas.

As hipóteses a testar eram se a maioria dos negócios criados entre 1999 e 2003 ainda existiriam e se a maioria dos participantes do microcrédito, em igual período, sentiram um aumento no seu rendimento.

Em relação à caracterização dos beneficiários do microcrédito no período em análise chega-se à conclusão que, na sua maioria, recorrem ao microcrédito pessoas de ambos os sexos com idades compreendidas entre os trinta anos e os cinquenta anos, havendo no entanto observações acima ou abaixo destas idades. Os beneficiários do microcrédito têm, na sua maioria, frequência escolar inferior a frequência universitária, tendo criado negócios maioritariamente no sector do comércio e dos serviços.

Finalmente, verifica-se que a grande dos beneficiários do microcrédito, encontrando-se desempregados, recorre a este tipo de empréstimo de forma a arranjar uma ocupação profissional

Em relação aos negócios existentes é possível dizer que a maioria ainda existia em 2010, já em relação ao aumento do rendimento, se tivermos apenas em conta os entrevistados que responderam “sim” ou “não” é possível também dizer que a maioria reconhece um aumento no rendimento, no entanto se também tivermos em conta os entrevistados que não souberam responder não será já possível afirmar que a maioria reconhece um aumento no rendimento (não sendo também possível afirmar o oposto).

***“Tudo o que é preciso para tirar os pobres da pobreza é criarmos um ambiente que lhes seja favorável. Uma vez que eles consigam libertar a sua energia e criatividade a pobreza desaparecerá muito rapidamente”.*** Muhammad Yunus - Cerimónia da entrega do Nobel da Paz – 10/12/2006

## Bibliografia

- Almeida, F. (2002): Afinal o que é a sustentabilidade? Amanhã, [http://amanha.terra.com.br/edicoes/184/especial\\_sustentabilidade.asp](http://amanha.terra.com.br/edicoes/184/especial_sustentabilidade.asp).
- Américo C. Mendes, António M Figueiredo, Mário A. Ferreira, Carlos F. Santos, Matilde Carvalho, Tiago S.Tavares, Mariana Rodrigues, Sofia Lopes, Sofia Miranda (2007): Estudo de avaliação do sistema do microcrédito em Portugal, Universidade Católica Portuguesa
- Banerjee, A. and Newman, A. (1993): Occupational choice and the process of development. *The Journal of Political Economy*, 101, pp. 274-298.
- Armendáriz, Beatriz A. and Morduch J. (2005): *The Economics of Microfinance*. The MIT press, Massachusetts Institute of Technology
- Besley, T. and Coate, S. (1995): Group lending, repay incentives and social collateral. *Journal of Development Economics*, 46, pp. 274-298
- David A. Audretsch, Ronnie Phillips (2007): *Entrepreneurship, state economic development policy, and the entrepreneurial university*, London: CEPR
- Deepa Narayan-Parker and Elena E. Glinskaya (2006): *Ending Poverty in South Asia*. World Bank
- Dowla, A. and D. Alanmgir (2003): From microcredit to microfinance: evolution of savings products by MFIs in Bangladesh, *Journal of International Developments*, 15(8), pp. 969-988
- Drucker, P. (1970): "Entrepreneurship in Business Enterprise", *Journal of Business Policy*, vol 1, 1970
- Ghatak, M. and T.W. Guinnane (1998): *The economics of lending with joint liability: theory and practice*, University of Copenhagen.
- Pinchot, G. (1985): *Intrapreneuring*, Harper and Row, New York, 1985.
- Helge Berglann et al (2009): *Entrepreneurship: origins and returns*, London: CEPR
- Johnson, S., and B. Rogaly (1997): *Microfinance and Poverty Reduction*, Oxfam publication.
- Karlan, D. and S. Mullainathan (2007): *Is microfinance too rigid?*, Yale University, mimeo.
- Knight, K. (1967) "A descriptive model of the intra-firm innovation process", *Journal of Business of the University of Chicago*, vol 40, 1967
- Leite, Emanuel (2000) *O fenômeno do empreendedorismo: criando riquezas*. Recife: Bagaço.
- Mikhail Drugov e Rocco Macchiavelli (2008): *Learning and microlending*, London: CEPR
- Morduch, J. (1998): *The Microfinance Schism*, Development Discussion paper n.626, Harvard University



- Mário Olivares, Sofia Santos (2009): Market solutions in poverty: the role of microcredit in development countries with financial restrictions, Lisboa : ISEG-DE
- Matthieu Chemin (2007): The benefits and costs microfinance: evidence from Bangladesh, *The journal of development studies*, 44 (4), 463-484
- Meredith, G. G.: Nelson, R. E.; Nech, P. A. (1982): *The practice of entrepreneurship*. Geneva: ILO,
- Oded Galor e Stelios Michalopoulos (2007): *The evolution of entrepreneurial spirit and the process of development*, London: CEPR
- Philippi, L. S. A (2001): *Construção do Desenvolvimento Sustentável*. In.: *Educação ambiental (Curso básico a distância) Questões Ambientais – Conceitos, História, Problemas e Alternativa*. Coordenação-Geral: Ana Lúcia Tostes de Aquino Leite e Naná Mininni-Media. Brasília: MMA (Ministério do Meio Ambiente),. 5v. 2.<sup>a</sup> Edição Ampliada.
- Pitt, M. and Khandker, S. (1998): The impact of groupbased credit programs on poor households in Bangladesh: does the gender of participants matter? *Biometrika*, 70, pp. 41-55.
- Richard Rosenberg (1996): *Microcredit interest rates*, Washington: CGAP
- Schumpeter, J. (1950) *Capitalism, Socialism, and Democracy*, 3rd edition, Harper and Row, New York, 1950
- Stiglitz, J. (1990): *Peer Monitoring and Credit Markets*, *The World Bank Economic Review*.
- Yunus, Muhammad (2003): *Banker of the poor*, Jean-Claude Lattes

## Anexo I - Perguntas da entrevista

Agregado familiar no empréstimo	estado civil	Solteiro
		Casado
		Divorciado
		Viúvo
		Outro
	Nº de filhos	1
		2
		3
		3<

Conhecimento do microcrédito	Jornal
	TV
	Centro de emprego
	Amigos

Melhoria do rendimento?	Sim
	Não

Negócio ainda existe?	Sim Q trabalhadores
	Não

Nível ensino	Sem Freq. Escolar
	1º Ciclo
	2º Ciclo
	3º Ciclo
	Secundário

Situação profissional no empréstimo	Trabalhador
	Desempregado
	Reformado

Razão do microcrédito
-----------------------

Negocio desenvolvido
----------------------

A importância da ANDC
-----------------------

Agregado familiar hoje	estado civil	Solteiro
		Casado
		Divorciado
		Viúvo
		Outro
	Nº de filhos	1
		2
		3
		3<

## Anexo II – Resultado da regressão

<i>Estatística de regressão</i>	
R múltiplo	0,3639080
Quadrado de R	0,1324290
Quadrado de R ajustado	0,0332780
Erro-padrão	3,2338752
Observações	40

ANOVA					
	<i>gl</i>	<i>SQ</i>	<i>MQ</i>	<i>F</i>	<i>F de significância</i>
Regressão	4	55,87179961	13,9679499	1,335630004	0,276153028
Residual	35	366,0282004	10,45794858		
Total	39	421,9			

	<i>Stat t</i>	<i>valor P</i>	<i>Coeficientes</i>	<i>Erro-padrão</i>
Interceptar	5,651	0,000	8,189	1,449
estado civil	-1,840	0,074	-2,005	1,089
Nº de filhos	-0,976	0,336	-0,542	0,555
nível ensino	-0,468	0,643	-0,181	0,386
sit prof no emp	0,714	0,480	0,898	1,258

	<i>95% inferior</i>	<i>95% superior</i>	<i>Inferior 95,0%</i>	<i>Superior 95,0%</i>
Interceptar	5,247	11,130	5,247	11,130
estado civil	-4,216	0,207	-4,216	0,207
Nº de filhos	-1,669	0,585	-1,669	0,585
nível ensino	-0,965	0,603	-0,965	0,603
sit prof no emp	-1,655	3,451	-1,655	3,451